

Governo aposta tudo no plano

■ Medidas anunciadas amanhã cortam gastos do Estado para equilibrar economia

ELI TEIXEIRA

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, joga tudo no plano econômico que anunciará amanhã, às 14h30. Seu futuro político e até o destino do governo Itamar Franco dependerão do sucesso ou fracasso das medidas destinadas a estabilizar a economia e controlar a inflação. "Agora é tudo ou nada", têm repetido nos últimos dias parlamentares do PSDB, os quais acreditam que a equipe de Fernando Henrique guarda algumas "surpresas" e que elas vão causar impacto.

Apostando contra a tradição de não se iniciar programa econômico com um presidente a 18 meses do fim do mandato, Fernando Henrique atacará o desequilíbrio entre gastos e despesas do governo, um remédio recomendado nos últimos dez anos por economistas de várias tendências, mas nunca experimentado por causa de fragilidade política ou mesmo falta de vontade. Os cortes e remanejamentos no orçamento da União, a ser executado até o final do ano, podem chegar a US\$ 20 bilhões.

Cortes — Os cortes podem ser a face mais dramática do Plano FHC e, mesmo antes de serem oficializados, o ministro da Fazenda já enfrenta pressões de ministros e políticos que vão perder verbas. Nas últimas horas, os governadores do Rio, Leonel Brizola, e do Distrito Federal, Joaquim Roriz, movimentaram deputados e senadores para que a Linha Vermelha do Rio e o metrô de Brasília escapem da navalha da equipe econômica. Outros governadores têm tentado evitar que sejam aprovadas medidas moralizadoras dos bancos estaduais, o que fecha uma eterna torneira de onde jorra dinheiro à vontade para suas administrações.

Sete chaves — Apenas cinco economistas, além do ministro e do presidente Itamar, conhecem



Cardoso: cobrança rigorosa das dívidas dos estados é um dos pontos

integralmente as propostas do plano e o pouco que chegou à imprensa nos últimos 15 dias foi divulgado propositadamente por Fernando Henrique, para amenizar as expectativas e acalmar o mercado financeiro. Os detalhes são mantidos a sete chaves e a cada dia aumentam os indícios de que o programa será mais amplo do que se supunha.

Uma solução para a elevada dívida pública interna, um dos motivos dos juros altos e gastos do Tesouro que passam dos US\$ 9

bilhões por ano, foi discutida ontem por Fernando Henrique com o presidente Itamar. Integrantes da equipe econômica manifestaram várias vezes que se deveria procurar uma fórmula parecida com o que foi feito com a dívida externa — renegociada para ser paga em até 30 anos. O mercado financeiro entrou em alerta com uma declaração feita na quinta-feira pelo ministro: "Chegou a hora do sacrifício deles" (bancos).

Ainda hoje o ministro volta a se encontrar com Itamar Franco e um

dos pontos em discussão será nova mudança no programa de privatização. Fernando Henrique comprou uma idéia do economista e deputado José Serra (PSDB-SP) de não se vender as ações sem direito a voto das estatais em privatização — esses papéis seriam negociados assim que as empresas passassem a dar bons lucros e seus títulos fossem valorizados. A legislação pode mudar para que o dinheiro da venda das estatais seja destinado ao resgate líquido da dívida pública.

A maior parte das propostas do plano busca aumentar a arrecadação. É dentro desse objetivo que será feita uma ataque frontal aos governos estaduais, que há dois anos não pagam um centavo de sua dívida de US\$ 18,3 bilhões com o governo federal e suas estatais. A União aceita parcelar essa dívida em 20 anos, mas quer que os governos paguem pelo menos 11% de suas receitas líquidas no primeiro ano. Do segundo em diante, o aperto aumentaria com o recebimento de 15% das receitas estaduais.

O pouco que a equipe econômica deixou vaziar mostra que haverá medidas contra sonegadores de impostos, oligopólios que ditam preços e propostas para tornar o câmbio mais flexível. O objetivo é caminhar para o câmbio único, acabando com o dólar turismo e pondo fim ao black. Estão na mesa de discussão até propostas inócuas do ponto de vista econômico, como o anunciado e nunca executado corte de três zeros do cruzeiro. Dolarização, congelamento de preços e salários e confisco de dinheiro aparentemente foram deixados de lado desta vez. Economistas de fora do governo desconfiam que a equipe econômica tentará derrubar a inflação usando o que eles chamam de âncora cambial e âncora monetária, mecanismos em que se tenta segurar os preços freando o câmbio e a expansão monetária.